



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS
COMARCA DE MANAUS

CENTRAL DE PLANTÃO CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS - CÍVEL
Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henocho Reis, 0 - São Francisco - Manaus/AM - CEP: 69.000-000 - Fone:
naoinformado@tjam.jus

Autos nº. 0284180-13.2025.8.04.1000

Processo n.: 0284180-13.2025.8.04.1000
Classe processual: Procedimento Comum Cível
Assunto principal: Direito de Imagem

Autor(s): • Amom Mandel Lins Filho

Réu(s): • Castro Marketing Direto Limitada
• FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL
• Godaddy Platadorma de Leilões
• Igor Raphael Dantas de Castro

DECISÃO

Trata-se de ação de obrigação de fazer c./c. indenização por danos morais e tutela provisória por Amom Mandel Lins Filho em face de Castro Marketing Direto Limitada (DIRETO AO PONTO NEW) e Igor Raphael Dantas de Castro, bem como contra os provedores de aplicações e de hospedagem Godaddy e FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL.

Alega o autor que tomou ciência, já no recesso forense, da divulgação e impulsionamento audiovisuais e jornalísticos em ambiente digital, veiculados pelo primeiro e segundo requeridos, os quais reportagem que contém uma série de afirmações inverídicas, imputações infundadas, uso de imagens descontextualizadas e pessoais.

Sustenta o requerente que o conteúdo divulgado, além de atingir sua honra objetiva e imagem — como a alegação de que teria buscado o requerido para apoio político, oferecido recursos financeiros — e mediante a manipulação de sua imagem e a insinuação de incoerência religiosa, tem o intuito de macular sua reputação enquanto parlamentar e figura pública, notadamente por meio do impulsionamento de postagens nas redes sociais.

Pugna, pois, pela concessão da antecipação da tutela de urgência, visando a retirada imediata dos conteúdos digitais impugnados, bem como a condenação em danos morais.

É o relatório, em síntese. Decido.

O Plantão Judicial, por sua nota de excepcionalidade, assegurará a entrega da prestação jurisdicional apenas as medidas de caráter urgente, aquelas que, independentemente de sua natureza, não possam aguardar o processo ordinário, sob pena de perecimento do direito e ineficácia da medida se determinada posteriormente. A atuação do plantonista, encaixa-se na hipótese de urgência qualificada, haja vista a natureza da ofensa e o meio de divulgação em ambiente digital, se multiplica em tempo real, ampliando o dano a cada instante.

O Colendo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 71, de 31 de março de 2015, instituiu o regime de plantão judiciário em primeiro e segundo grau de jurisdição, de forma harmônica com o art. 101, § 1º, do Código de Processo Civil, permitindo a apreciação de medidas urgentes cíveis da competência dos Juizados Especiais.

Vejamos o art. 1º e suas alíneas, *in verbis*:

Art. 1º. O Plantão Judiciário, em primeiro e segundo graus de jurisdição, com regimental dos respectivos tribunais ou juízos destina-se exclusivamente ao exame de matérias

a) Pedido de habeas corpus e mandados de segurança em que figurar como réu ou submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista;

b) Medida liminar em dissídio coletivo de greve;

c) Comunicações de prisão em flagrante e à apreciação dos pedidos de concessão de prisão provisória;

d) Em caso de justificada urgência, de representação da autoridade policial Pública visando à decretação de prisão preventiva ou temporária;

e) Pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que comprovada a urgência;

f) Medida cautelar, de natureza cível ou criminal, que não possa ser realizada no expediente ou de caso em que a demora possa resultar risco de grave prejuízo ou reparação.

g) Medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos Juizados Especiais. Estas referem-se às Leis nº 9099, de 26 de setembro de 1995 e 10.259, de 12 de julho de 2001 e às hipóteses acima enumeradas.

Em consonância com o critério material da urgência, importa trazer aos autos o que dispõe o art. 300 do Código de Processo Civil, que estabelece os parâmetros para a concessão da tutela de urgência, essencial para a salutar tutela de um direito, sendo que a excepcionalidade do Plantão se justifica plenamente diante do *periculum in mora* que será detalhado adiante.

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, dispensar a fiança ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, desde que a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecer.

§ 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação.

§ 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver irreversibilidade dos efeitos da decisão.

No caso concreto, os fatos narrados na petição inicial, acompanhados dos relatórios de pericia e de *blockchain* (Evento 1.5 a 1.12), fornecem juízo cognitivo suficiente à compreensão da urgência da medida, a antecipação dos efeitos concretos da tutela jurisdicional, isto porque a manutenção das publicações e o impulso mediado pelo pagamento evidenciam uma elevada probabilidade de danos de difícil e contínuo reparação pública e honra objetiva do autor, recomendando-se o deferimento da medida antecipatória por ele almejada.

Ressalte-se que os conteúdos impugnados, ao veicularem afirmações objetivas e graves destinadas à divulgação de informações, extrapolam o limite da crítica política legítima, adentrando a esfera da desinformação e da ofensa moral.

As imputações de que o autor teria um mandato discreto e de pouco impacto, de que teria sido o único deputado a votar contra a BR-316 para reconhecê-la como infraestrutura crítica), e o uso malicioso de imagens descontextualizadas para induzir a erro,



polêmicos (como aborto e drogas) ou sugerir alianças políticas indevidas, demonstram a clara intenção de desabonadora.

Tal conduta, ainda que revestida do manto da liberdade de expressão, ultrapassa o conteúdo em que nelas foi emitido um juízo de valor depreciativo baseado em fatos falsos ou distorcidos, culminando em xingamentos diretos e inequívocos como "babaca", "íngrato" e "mau caráter", o que, por si só, revela a intenção de macular a honra do autor.

Desse modo, o teor das publicações impugnadas *excede* o debate jornalístico, na medida em que o conteúdo pago e a sua fixação nos perfis de redes sociais potencializam o efeito multiplicador de que são veiculadas em meios de comunicação virtuais, o que, por si só, recomenda-se de imediato ao pedido formulado.

O receio de que o lapso temporal inerente à regular tramitação do feito cause dano grave à reputação do autor é patente, dada a rapidez e a amplitude com que se propagam conteúdos desta natureza, permanência do material no ar, especialmente em plataformas de grande alcance como o Instagram e o Facebook e no site hospedado pela Godaddy, expõe o autor a um prejuízo contínuo, potencialmente irreversível, elementos essenciais para o exercício do mandato parlamentar.

Por fim, entendo restar patente a reversibilidade da medida, vez que, caso, ao final do processo, seja improcedência dos pedidos, os conteúdos poderão ser reativados sem prejuízo algum aos requeridos.

Todavia, o inverso não se verifica, pois a permanência das publicações inverídicas e ofensivas é contínuo e potencialmente irreversível à imagem pública do autor, tornando a tutela de urgência o único meio adequado para o agravamento da ofensa e a perpetuação da desinformação. Portanto, para evitar prejuízo de difícil ou impossível reparação ao requerente e cumpridos os demais requisitos à concessão da presente tutela, entendo que o acolhimento do pedido é preponderante.

Ex positis, verificada em sede de cognição sumária a presença dos requisitos para a concessão da tutela de urgência, **CONCEDO** o pleito liminar, nos termos dos arts. 300 e seguintes do Código de Processo Civil, para que sejam retirados do ar os conteúdos impugnados, com o intuito de evitar danos aos requeridos Castro Marketing Direto Limitada, Igor Raphael Dantas de Castro, Godaddy Platadorma de Serviços Online do Brasil que:

1. Retirem do ar os conteúdos impugnados, que consistem em vídeos, publicações digitais e anúncios nos links de acesso abaixo listados, no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de indisponibilização e desindexação, sob pena de pagamento de multa diária de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por dia de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, nos termos do art. 300 do CPC, consoante fundamentação *supra*.
 1. https://www.instagram.com/p/DSdX_SeEcXA/
 2. <https://www.instagram.com/p/DSdbhYZkgLQ/>
 3. <https://diretoaopontonews.com.br/opinioao/%e2%ad%95%ef%b8%8f-opinioao-quem-e-amom-p>
 4. <https://www.facebook.com/ads/library/?id=1855276855355176>
 5. <https://www.facebook.com/ads/library/?id=2084386868983147>
2. Abstenham-se de republicar o mesmo conteúdo, ou outros de teor equivalente ou derivado que contenham imputações inverídicas e ofensivas, sob pena de incidência da mesma multa diária acima fixada.

Esta decisão serve como carta **PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO**, podendo inclusive ser executada contra os requeridos ou a seus representantes legais ou *data protection officers*.

Fica também o autor intimado a retirar a Carta Precatória (DECISÃO SERVIDO PRECATÓRIA/OFÍCIO) e comprovar a distribuição, ficando a seu encargo o recolhimento das custas processuais de São Paulo/SP, conforme a legislação dos respectivos Tribunais, bem como o acompanhamento da diligência.

Juízo informado quanto ao estágio/andamento das referidas cartas precatórias, notadamente para o cur
relação à Godaddy Platadorma de Leilões e FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL.

Após, redistribuam-se os autos ao Juízo Titular competente.

Manaus, 21 de Dezembro de 2025.

Luís Carlos Honório de Valois Coelho
Juiz(a) de Direito, conf. Portaria 5071/2025

